

**AS PRÁTICAS DE LAZER DIANTE DO ACONTECIMENTO AMBIENTAL:
PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO E A COMPREENSÃO DO LAZER
ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL**

Recebido em: 03/08/2011

Aceito em: 07/02/2012

*Cae Rodrigues*¹

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
São Carlos – SP – Brasil

RESUMO: As disputas em torno da problemática socioambiental indicam que essa se configura enquanto campo de poder e de luta no interior do qual são disputados interesses concernentes ao acontecimento ambiental. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é colocar em evidência conflitos associados aos processos de ambientalização das práticas de lazer. Para tanto, a discussão será desenvolvida em três partes, nas quais: a) será apresentado debate sobre a ambientalização da realidade social; b) serão analisados conflitos associados a ambientalização das práticas de lazer; c) serão apresentadas as considerações finais, evidenciando a diversidade de “problemas” associados ao tema, alguns próprios do campo do lazer, alguns do campo ambiental, e outros que surgem na interface entre esses dois campos; também serão indicadas pesquisas que poderão contribuir para a análise dos processos de ambientalização das práticas de lazer.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Meio Ambiente. Educação Ambiental.

**LEISURE PRACTICES IN FRONT OF THE ENVIRONMENTAL
HAPPENING: ENVIRONMENTALIZATION PROCESSES AND THE
UNDERSTANDING OF LEISURE AS A SOCIAL PRACTICE**

ABSTRACT: The disputes surrounding environmental issues indicate that it configures itself as a field of power and struggle within which interests are played related to the environmental event. In this sense, the aim of this article is to highlight conflicts associated with the processes of environmentalization of leisure practices. To this end, the discussion will be developed in three parts, in which: (a) the debate on the environmentalization of social reality will be presented; (b) the conflicts associated with the environmentalization of leisure practices will be analyzed; (c) the final considerations will be presented, highlighting the diversity of "problems" associated with the theme, some particular to the leisure field, some to the environmental field, and others that arise at the interface between the two; researches that can contribute to the

¹ Doutorando em Educação pela UFSCAR.

analysis of the processes of environmentalization of leisure practices will also be indicated.

KEYWORDS: Leisure Activities. Environment. Environmental Education.

Introdução

A “problemática” ou “questão socioambiental” é caracterizada por um conjunto de conhecimentos e de práticas que abrangem discursos situados em um lugar de fronteira entre a legitimação e a busca pela legitimação. Nesse processo, transita por diferentes campos e espaços numa constante disputa entre o tradicional e o emergente. O que se evidencia como notável é que, independente do campo ou espaço em questão (ciência, política, cultura, mídia, empresarial, educacional, movimentos sociais, etc.), os discursos em torno da problemática socioambiental têm ganhado força cada vez maior nos espaços de disputa.

Diante dessa realidade, destaca-se a importância em compreender que o discurso de um período histórico particular possui uma função normativa, reguladora, que, por meio da produção de saberes e de estratégias de poder, faz funcionar mecanismos de organização do “real” (FOUCAULT, 2006). Mesmo pertencendo a campos diferentes, o discurso de um período obedecem a regras linguísticas e formais comuns, reproduzindo eventuais cisões historicamente determinadas (REVEL, 2005). Funcionando como norma, o discurso se impõe ao indivíduo, ao mesmo tempo em que depende de certas fórmulas de legitimação para fixar sua imprevisibilidade em uma ordem que, definida em termos econômicos, sociais, políticos e morais, estabelece os contornos da desordem (FOUCAULT e col., 1996). Em outras palavras, cada período histórico cria uma ordem (determinada por contínuas disputas de força) que acaba por legitimar um discurso central ou hegemônico, criando, ao mesmo tempo, uma periferia constituída pelos

discursos que não encontram a mesma facilidade de reconhecimento social (especialmente nos espaços significativos de disputa), ou seja, que não se ajustam às formas do pensamento hegemônico daquela época.

As disputas em torno da problemática socioambiental indicam que essa se configura enquanto objeto de saber e eixo de uma prática discursiva, configurando um novo campo de poder e de luta no interior do qual são disputados interesses e sentidos concernentes ao acontecimento ambiental. O discurso, espaço no qual saber e poder se articulam em um jogo de ação e reação, dominação e resistência, são compreendido como conjunto de signos e ordenação dos objetos e relações de poder, configurando um jogo de relações fora do qual o objeto do discurso não pode ser compreendido (FOUCAULT, 1999).

Na configuração do campo ambiental, podemos observar importância à participação de diferentes agentes que se revelaram no lugar de dominância (figuras de autoridade) e nas periferias do campo, desde grupos sociais, como empreendedores e populações vulneráveis ou sob risco, até profissionais e especialistas responsáveis pela implantação da temática interdisciplinar nas políticas públicas e nas instituições de Estado. Dessa maneira, podendo-se afirmar que a temática ambiental, sob os efeitos de disputas no interior ou na interseção de campos profissionais, é gerada (inventada) relacionando-se às tradições específicas dos respectivos campos, cabe afirmar também que é influenciada pela história prévia de movimentos sociais, sendo apropriada por ou associada a conflitos anteriores reelaborados sob novas linguagens (LOPES, 2006).

Desde a década de 1960 (mas principalmente na passagem dos anos 1980 para meados dos anos 1990 em diante), tornam-se cada vez mais comuns casos que evidenciam como conflitos localizados dentro de uma esfera particular, como, por

exemplo, questões movidas por pretextos ambientais (poluição industrial) no interior das fábricas, ganham força enquanto questões de conflito (no exemplo citado, apoiado por questões trabalhistas levadas adiante pelo sindicato operário), até se transformarem em situações de conflito de toda a cidade contra a fábrica, ganhando, inclusive, uma roupagem “ambiental”, como se, de repente, ocorresse uma “descoberta da poluição” na cidade. Como consequência da crescente incidência de casos como esse, a questão pública da preservação do meio ambiente se intensifica nacionalmente, e ocorre localmente uma “ambientalização” dos conflitos sociais.

Nessa perspectiva, as políticas ambientais ganharam espaço notável ao lado das novas políticas nos campos da educação, da ciência, da tecnologia e do desenvolvimento econômico nas últimas décadas no Brasil (ANTUNES, 2002). Na Constituição Federal, já em 1988 aparece um capítulo especial sobre meio ambiente (artigo 225) com a seguinte redação: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (MEDAUAR, 2005). Com isso, várias Constituições Estaduais integraram em seus textos o direito ao ambiente e à educação ambiental, o que não só abriu importantes caminhos para a visibilidade social e consequente legitimidade da educação ambiental, mas também criou as bases formais para o advento da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9.795/99 (BRASIL, 1999), regulamentada pelo Decreto 4.281/02 (BRASIL, 2002), instituindo um período de intensa disputa e produção legislativa voltada à regulação e institucionalização de aspectos referentes à problemática socioambiental (FARIAS, 2008).

Dentro do espectro dessa disputa, o “saber ambiental” inscreve-se no campo discursivo do ambientalismo enquanto discurso contemporâneo que se desdobra nas práticas discursivas do “desenvolvimento sustentável”, incorporando princípios e valores relacionados à diversidade cultural, às questões de equidade e solidariedade e a sustentabilidade ecológica, social e econômica, constituindo um saber que, consciente da racionalidade dominante no campo das ciências, busca diferentes estratégias na construção de uma “racionalidade ambiental” (FARIAS, 2008). A edificação dessa racionalidade ganha força na incorporação do discurso ambiental por diferentes discursos contemporâneos, como o científico, o econômico, o jurídico, o educacional e o comunitário, e em diversos contextos, como no âmbito da inovação tecnológica, das práticas de autogestão comunitária, dos novos direitos socioambientais, do ativismo dos movimentos sociais, da produção do conhecimento científico e tecnológico, dos programas curriculares, das práticas pedagógicas e dos espaços institucionais de diálogos interdisciplinares.

A construção dessa racionalidade ambiental não conforma um conjunto homogêneo, fechado e acabado de conhecimentos, pelo contrário, está inserida na disputa pela hegemonia de sentido, se desdobrando em um campo de formações ideológicas heterogêneas, criando “territorialidades em luta”, constituídas por uma multiplicidade de interesses e práticas sociais e evidenciando as marcas das contradições e contestações existentes entre suas matrizes discursivas (LEFF, 2006). Dessa forma, a compreensão das múltiplas manifestações associadas às diversas práticas sociais que de alguma forma contribuem para a constituição do “saber ambiental” possibilita uma visão mais detalhada dos elementos em disputa no campo ambiental.

Nesse sentido, o objetivo central desse artigo é colocar em evidência alguns dos debates e conflitos associados aos processos de ambientalização das práticas de lazer. Para tanto, desenvolveremos a discussão em três partes: a) na primeira parte do texto serão apresentadas algumas particularidades do campo ambiental e a ideia de ambientalização da realidade social; b) a partir dos conceitos apresentados na primeira parte do texto, serão analisados na segunda parte alguns dos principais conflitos associados a ambientalização das práticas de lazer; c) na última parte do texto serão apresentadas as considerações finais, assim como indicações de outras pesquisas que poderão contribuir para a análise dos processos de ambientalização das práticas de lazer.

O campo ambiental e a ambientalização da realidade social

Segundo Carvalho (2001), podemos considerar o “campo ambiental” um campo de produção cultural específico, pois em sua estrutura instituída (por isso, instituinte de relações objetivas materiais e simbólicas) há atores que compartilham questões de interesse do campo e, principalmente, atores que sustentam pontos de vistas diferentes, caracterizando uma disputa pelo poder simbólico e pelo capital econômico, social e cultural². Isso porque dentro de um campo as relações de poder são estruturadas a partir de um processo de tensão permanente e constante pelo qual poderes e autoridades são distribuídos desigualmente a partir de distintas categorias, representações, crenças e esquemas classificatórios.

² De acordo com Bourdieu (1989), pela compreensão da sociologia como uma “topologia social” pode-se construir uma representação do mundo social em forma de um espaço (mais especificamente, um universo estruturado por diversos espaços que, apesar de suas características distintas, não podem ser compreendidos fora de uma concepção relacional e sistêmica), no qual princípios de diferenciação ou de distribuição de força ou poder definem a “posição relativa” de seus indivíduos e grupos (agentes ou atores). Na medida em que as propriedades constituintes deste espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como “campo de forças”, ou seja, um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos que entrem nesse campo. Essas propriedades atuantes são as diferentes espécies de poder ou de capital que se manifestam em diferentes campos.

As disputas associadas ao campo ambiental ficam bem evidentes ao analisarmos os processos de “ambientalização” dos conflitos sociais. O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a outros usados, especialmente nas ciências sociais, para designar percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo, como, por exemplo, “industrialização” ou “proletarização”, fenômenos que marcaram o século XIX, assim como as tendências de “desindustrialização” e de “subproletarização”, características do final do século XX e início do século XXI (LOPES, 2006). O sufixo comum a esses termos seria indicativo de um processo histórico de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais, no caso da “ambientalização”, uma interiorização das diferentes facetas públicas do “ambiental”.

Assim, a noção de “ambientalização” associa-se ao processo de adoção do discurso ambiental por parte de diferentes grupos sociais, e à incorporação de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas e científicas (ACSELRAD, 2010). Um exemplo contemporâneo de ambientalização das práticas sociais é a trajetória de organização dos catadores de lixo que, apesar de estarem tradicionalmente ligados a questões dentro de categorias sociológicas como geração de renda, associativismo e cooperativismo, ocupação informal e exclusão do mundo do trabalho formal, encontram-se, nas últimas décadas, deslocados a uma identidade social dentro da categoria de “recicladores”, dessa forma incorporando a questão ambiental como parte de sua ação e sendo reapresentado à sociedade como integrante de um movimento de interesse ambiental, dentro, inclusive, de uma proposta de movimento social de “trabalhadores da reciclagem” (CARVALHO e TONIOL, 2011).

Seguindo essa lógica, novos fenômenos emergem e são expostos à esfera pública, e fenômenos já conhecidos ganham uma nova roupagem ambiental, sendo que,

na medida em que diferentes atores sociais “ambientalizam” seus discursos, instauram-se disputas de legitimidade que buscam caracterizar diferentes práticas como ambientalmente benignas ou danosas.

Ao descrever o processo de ambientalismo na França, Micoud (2001) desenvolveu a expressão “nebulosa associativa”, evidenciando a diversidade de entidades que se afirmam como agentes em um campo de forças, colocando em jogo a distribuição de poder a partir de embates diretos e simbólicos na disputa pela definição legítima do “sustentável”, ou do “ambientalmente correto”. Segundo Acselrad (2010), essa expressão mostra-se duplamente pertinente no caso do ambientalismo brasileiro, “tanto pelo caráter disseminado e multiforme do conjunto de instituições que a noção compreende, como pela nebulosa intransparência que envolve crescentemente certos procedimentos de ambientalização” (p.104).

Esse “nebuloso” campo de disputa reflete em transformações simultâneas no Estado e no comportamento das pessoas em suas atividades cotidianas, e a manifestação da questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos ganha força em praticamente todas as esferas da vida pública e privada, inclusive nas práticas de lazer. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os processos de ambientalização implicam em transformações nas diversas esferas sociais, cada uma dessas esferas também contribui, a partir de suas particularidades, para a construção dos conceitos e práticas que envolvem o “ambiental”. Dessa forma, justifica-se um olhar atento para as transformações que ocorrem dentro de cada uma dessas esferas, e o lazer, enquanto fenômeno social global, certamente destaca-se enquanto interessante campo de investigação diante desses questionamentos.

O lazer diante do acontecimento ambiental e a ambientalização das práticas de lazer

O lazer nas últimas décadas passou a ocupar um espaço significativo em jornais, periódicos de assuntos gerais e na comunidade acadêmica como um todo, destacando-se a organização de grupos de pesquisa oriundos das mais diversas áreas do conhecimento, a realização de eventos científicos relacionados ao assunto e o incremento do número de publicações específicas (GOMES; MELO, 2003). Diante dessa crescente quantitativa e qualitativa, cresce também o número de trabalhos que investigam as sinergias entre o lazer e as questões ambientais, acompanhando a tendência de outras áreas.

Entretanto, esses trabalhos, em sua maioria, têm como foco principal às relações entre as atividades na natureza (compreendidas como práticas de lazer) e a conscientização ambiental, que ocorreria especialmente pela sensibilização decorrente do envolvimento do indivíduo com uma natureza bela, distante e frágil (RODRIGUES, 2010). Desta maneira, essas relações ficam demasiadamente presas a um conceito preservacionista, deixando de reconhecer que as raízes da aparente crise ambiental contemporânea se desdobram na natureza simbólica do ser humano, ou seja, estão associadas à maneira como o ser humano compreende o mundo, e se formam e reformam por meio de um projeto sócio-cultural que envolve o conhecer e o reconhecer num constante e permanente jogo de ideias e discursos.

Nesse sentido, destaca-se uma compreensão de lazer enquanto fenômeno historicamente constituído, e que possui relações dialéticas com a sociedade, ou seja, a mesma sociedade que o gerou e exerce influências sobre o seu desenvolvimento também pode ser por ele questionada na vivência de seus valores. Dessa forma, o lazer

se configura como prática social, não podendo, aliás, ser pensado isoladamente de outras práticas sociais. Enquanto prática social constitui-se como:

[...] dimensão da cultura capaz de promover a conscientização dos indivíduos através de suas vivências e experiências (lúdicas ou não lúdicas) de diversos conteúdos culturais em um tempo e espaço próprios, tendo como dimensão fundamental a intencionalidade do ser (SILVA, 2008, p.20-21).

Seguindo essa lógica, pensar nos encontros contemporâneos entre o lazer e as questões ambientais significa situar essa prática social diante do acontecimento ambiental e dos processos de ambientalização da realidade social. A ideia de “acontecimento” apóia-se no surgimento de novas linhas de pensamento consequentes de uma série de ocorrências relacionadas a um mesmo fenômeno provocando questionamentos e “instabilidade” nos conceitos e processos sociais. Dessas ocorrências germinam novos discursos e práticas, por conseguinte, novos objetos de conhecimento, que surgem, sobretudo, diante dos conflitos e controvérsias entre esses discursos e práticas emergentes.

Dessa maneira, segundo Foucault (2006), a ocorrência de um acontecimento é caracterizada quando, na instância em que se esperaria ver uma continuidade histórica ou uma evidência que se imporia a todos da mesma maneira, uma “ruptura” temporal se manifesta, seja sob a forma de fatos isolados ou pela tendência de novas convergências epistêmicas gerais. O acontecimento estaria, nesse sentido, associado a uma “singularidade”, que prova que aquilo que até então era incorporado como “natural” não se mostra nem tão necessário, nem tão evidente, nem tão contínuo como aparentava, o que significa que compreender algo pelo sentido do acontecimento envolve reconhecer possíveis rupturas com as evidências sobre as quais se apóiam nossos saberes, nossos sentimentos e nossas práticas (FOUCAULT, 2006).

Nesse sentido, a problemática socioambiental configura-se como “acontecimento” ao desencadear pontos de ruptura naquilo que, em primeira instância, se apresentaria como “natural”, questionando discursos, jogos de força e estratégias que se produzem nas relações sociais e nos processos de legitimação social (FARIAS, 2008). Nesse contexto, os questionamentos levantados pelo acontecimento ambiental indubitavelmente mexem com importantes postulados modernos, como, por exemplo, a relação ser humano-mundo (natureza) nas diversas práticas sociais, inclusive o lazer.

Aliás, a compreensão do lazer enquanto prática social envolve um debate que tem sido bastante marcado pelo acontecimento ambiental e consequente ambientalização das práticas de lazer, envolvendo os ideais que abrangem a própria concepção de lazer enquanto prática social e a forte ligação das práticas de lazer com o mercado ou indústria do lazer.

Além das reivindicações pelo lazer, enquanto direito para uso efetivo de um tempo e espaço passível de escolha e que não estejam predeterminados pela condição social, as diferentes maneiras de consumo associadas às manifestações de lazer aparecem entre as principais evidências da valorização desse campo nas últimas décadas, considerando o consumo de objetos e bens culturais (shows, livros, CDs, filmes, brinquedos), de equipamentos (academias, centros de compras, parques temáticos, clubes) e de serviços (internet, viagens, passeios) (DE PELLEGRIN, 2006).

Nas primeiras décadas do século XX, quando o desenvolvimento cultural dava os primeiros passos em direção a uma consolidação nacional, fortalecia-se uma sociedade de produção industrial. Assim, sem praticamente nenhuma tradição cultural, entramos vulneravelmente na fase da produção e do consumo, situação que explica o rápido crescimento da “indústria do lazer” (indústria do entretenimento) e a

dependência do ser humano pelo consumo do produto lazer³ (RODRIGUES; STEVAUX, 2010). Essa dependência histórica e cultural à indústria do entretenimento se alicerça, sobretudo, à capacidade de adaptação desse mercado diante de novos fenômenos sociais, sempre garantindo, com a indispensável força da propaganda, novos espaços de atuação.

Dessa forma, a indústria do lazer parece estar sempre atenta às demandas dos discursos emergentes, e se por um lado o fortalecimento do discurso ambiental levanta importantes questionamentos aos postulados dessa indústria, por outro não há dúvida que oferece também um interessante nicho para o mercado do lazer. Isso fica bastante evidente, por exemplo, nas práticas de lazer associadas ao mercado de turismo, que utiliza terminologias como “ecoturismo”, “turismo ecológico” e “turismo sustentável” para legitimar um status de modernidade e de comprometimento com os princípios da sustentabilidade (SAMPAIO, 2006).

Nesse mesmo sentido há uma propaganda bastante convincente direcionada à aquisição de equipamentos para práticas de lazer que supostamente proporcionam a sensação de um contato aparentemente mais próximo com o ambiente. Dessa maneira, a fetichização da mercadoria comprada e consumida diante de uma necessidade criada por uma sociedade cuja essência está emaranhada às relações capitalistas permite, de maneira geral, uma valorização maior dos produtos utilizados do que da própria experiência vivida. Este ciclo gera um estilo de vida emblemático, ligado a um determinado grupo social que tem em seu universo a possibilidade de adquirir/consumir determinados produtos/serviços que não estão ao alcance de todos. Aliás, esta é uma das

³ Para um aprofundamento sobre as principais relações que permeiam as transformações conceituais do fenômeno “lazer”, sugere-se a leitura de Rodrigues e Stevaux, 2010. O texto busca compreender as sinergias históricas entre os fenômenos “tempo” e “lazer”, buscando uma justificativa para a necessidade contemporânea de uma educação para o lazer.

expressões da grande contradição existente em nossa sociedade contemporânea, um estilo de vida acessível a poucos, mas que se torna a referência para muitos.

Nas últimas décadas constata-se um grande crescimento da procura pelas práticas de lazer que de alguma forma estão associadas ao “ambiental” (sobretudo fora do meio urbano), em grande parte por causa da criação de um imaginário de modernidade e saúde associado a essas práticas (SAMPAIO, 2006). No entanto, quando associadas à indústria do lazer, essas práticas são geralmente oferecidas como “mercadoria” ou como elemento “compensatório” para a vida estressante do meio urbano, fortalecendo a ideia de uma natureza como um espaço alternativo, geralmente ligado a um ideal de beleza e bem-estar.

Consequentemente cria-se uma ideia de fuga (espacial e simbólica) da realidade cotidiana, consolidando um ideal preservacionista alicerçado num apelo de sensibilização ambiental que, no geral, não está associado às raízes dos problemas ambientais, afastando-se do significado maior da sustentabilidade, da transformação de uma realidade que é complexa, e de um contexto que é mais amplo, o da coletividade. Em outras palavras, um ideal que dissocia as raízes dos problemas ambientais das questões socioculturais, ao mesmo tempo solidificando as diferenças entre aqueles que podem comprar “fugas do cotidiano” e os que sofrem diariamente as consequências da desigual distribuição de capitais (materiais e simbólicos) (RODRIGUES; FREITAS, 2011).

No entanto, se por um lado o discurso ambiental e mesmo os processos de ambientalização abrem um interessante nicho para o mercado de lazer, por outro lado o “ambiental” - enquanto acontecimento - pode gerar questionamentos aos postulados que sustentam a própria estrutura da relação de produção e consumo que alicerça a indústria

de lazer. Esse movimento pode ser identificado, por exemplo, em pesquisas que buscam analisar as sinergias entre atividades de lazer e diferentes processos educativos, inclusive associados à educação ambiental.

Segundo Uvinha (2004), as atividades na natureza possibilitam o desenvolvimento de processos educativos relacionadas a questões ambientais, uma vez que contribuem para mudanças na visão do homem sobre o ambiente natural por meio de novas percepções sobre a importância e o significado da natureza. Nesse mesmo sentido, Cardoso; Silva; Felipe (2006) defende as possibilidades pedagógicas das atividades na natureza, uma vez que essas atividades carregam grande valor tanto na formação do indivíduo em si como em sua relação com o meio ambiente.

Ainda como exemplo da relação lazer / educação ambiental, o trabalho de Rodrigues e Silva (2011) aborda um possível caminho para a “educação ambiental pelo lazer”, considerando o duplo aspecto educativo do lazer (objeto e veículo de educação). A idéia de uma educação para e pelo lazer é inicialmente apresentada por Renato Requixa (1980) e, posteriormente, desenvolvida por outros autores, como Marcellino (2000) e Camargo (1998 e 2003). Para estes autores, o lazer se configura enquanto objeto (educação para o lazer) e veículo (educação pelo lazer) de educação. O lazer enquanto veículo de educação (educação pelo lazer) significa aproveitar o potencial educativo que as vivências de lazer possuem para que possamos trabalhar questões como valores, condutas e comportamentos (MELO; ALVES JUNIOR, 2003), contribuindo assim para o desenvolvimento dos indivíduos.

Pensando no lazer como veículo para a compreensão da atual realidade da educação ambiental, Rodrigues e Silva (2011), afirmam que o campo do lazer tem que ultrapassar a visão simplista sustentada pela indústria do entretenimento, que reproduz

valores da ordem vigente regida pelo desejo do consumo. Assim como a educação ambiental tem que ultrapassar a visão conservadora e preservacionista, sustentada pela compreensão de uma natureza distante, longe do meio urbano e longe de nós, homens e mulheres. Essas ideias buscam fortalecer a compreensão de que o ser humano não está na natureza, ele é natureza, e a educação ambiental pelo lazer começa na compreensão dessa relação.

Segundo Rodrigues e Gonçalves Junior (2009), são bastante comuns associações entre uma conscientização “ambientalmente correta” ou um discurso de sensibilização sustentado pela necessidade de conservação do meio ambiente e as atividades na natureza, uma vez que os participantes buscam conservar o local onde são realizadas as atividades. No entanto, seria ingênuo pensar que as atividades de lazer desenvolvidas na natureza por si só seriam suficientes para a compreensão das questões ambientais emergentes, uma vez que, embora possa existir entre os participantes dessas atividades um envolvimento com a natureza, o que determina o nível reflexivo sobre as questões ambientais seria a participação crítica e significativa dos praticantes de cada atividade.

Inclusive, uma abordagem de educação ambiental pautada exclusivamente em atividades na natureza parece carregar consigo elementos que vão de encontro a alguns princípios primordiais da educação ambiental crítica, especialmente a fuga da necessária “cotidianidade”⁴ das práticas ambientais. Espera-se por meio dessas práticas que, pelo contato com a natureza, o indivíduo crie uma consciência de preservação pelo meio, protegendo o lugar onde desenvolve suas práticas esportivas ou de lazer. No entanto,

⁴ Segundo Gutiérrez e Prado (2000), o sentido e as práticas de aprendizagem produtivas encontram-se na vida cotidiana, pois, partindo de condutas inéditas construídas pedagogicamente, é na vivência cotidiana que ocorrerão as transformações em prol de relações sustentáveis entre os equilíbrios dinâmicos e interdependentes da natureza e o desenvolvimento humano.

[...] o contato esporádico do ser humano com a natureza não é o suficiente para justificar uma mudança de comportamento perante as questões ambientais, uma vez que este indivíduo está cotidianamente envolvido por um contexto imerso nos valores de uma sociedade que segue a lógica do capital, ou seja, da produção e do consumo. Isso significa que, apesar da reconhecida importância da criação desses laços afetivos entre o ser humano e a natureza, uma abordagem que objetiva, pela sensibilização, a admiração por uma natureza bela, a preservação de uma natureza frágil ou ainda o respeito por uma natureza distante, não só é demasiada simplista como pode na verdade reforçar a visão fragmentária entre ser humano e natureza, notoriamente uma das principais causas da crise ambiental contemporânea (RODRIGUES, 2010, p.504).

Em suma, apesar de haver sim um significativo espaço para o desenvolvimento crítico dos participantes de atividades de lazer criado pelos processos de ambientalização, esse espaço é muito sensível à postura do participante, de sua intencionalidade à frente daquilo que vivencia. O grande problema é que as pesquisas que procuram investigar as motivações que levam indivíduos a participar das atividades na natureza e a concepção que esses indivíduos têm das atividades das quais participam mostram, no geral, visões que se distanciam muito dos principais pilares da educação ambiental crítica, estando em grande parte associadas a conceitos muito mais próximos de uma abordagem preservacionista de educação ambiental, do universo dos esportes de rendimento e até mesmo dos paradigmas dominantes de estética e moda regidos, em grande parte, pelos veículos de comunicação em massa e pelo mercado do lazer (CARDOSO; Silva; Felipe, 2006; TAHARA; Filho; Schwartz, 2006; BAHIA; SAMPAIO, 2007).

Considerações finais

Como previamente discutido, a partir da compreensão da sociologia como uma *topologia social* (BOURDIEU, 1989) pode-se construir uma representação do mundo social em forma de um espaço no qual princípios de diferenciação ou de distribuição de

força ou poder definem a “posição relativa” de seus indivíduos e grupos (agentes ou atores).

A forma de que se reveste o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital (incorporado ou materializado) em cada momento e em cada campo social define o estado das relações de força, que são institucionalizadas em estatutos sociais duradouros socialmente reconhecidos ou juridicamente garantidos entre agentes objetivamente definidos pela sua posição nestas relações. Esta posição não só determina os poderes ou potenciais nos diferentes campos como também as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam. Dessa maneira, por meio de um “trabalho de representação”, os agentes do mundo social continuamente impõem suas visões do mundo ou da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social, integrando a representação que eles têm do mundo social à contribuição que dão para a construção da visão desse mundo, assim, para a própria construção desse mundo (BOURDIEU, 1989).

Levando isso em consideração, o debate ambiental travado nas últimas décadas no âmbito internacional foi marcado por uma “renovação discursiva” em torno do conceito de desenvolvimento sustentável que ressalta a ênfase econômica e tecnológica da sustentabilidade e a tônica conciliatória que despolitiza a relação entre desenvolvimento e ambiente, como mostram os resultados projetados mundialmente pela Comissão Brundtland⁵ e disseminado pelas conferências internacionais promovidas pela ONU (LIMA, 2003). Essa renovação discursiva ganhou força principalmente pelo empenho do discurso da sustentabilidade em sanar algumas contradições associadas aos

⁵A Comissão Brundtland, organizada em 1983 pela ONU e presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega Grö Harlem Brundtland, tinha como principal objetivo estudar a relação entre desenvolvimento e ambiente, tendo como mais notável contribuição a elaboração do Relatório Nosso Futuro Comum, divulgado em 1987 (McCORMICK, 1992).

modelos de desenvolvimento capitalistas, buscando responder às reivindicações do movimento ambientalista internacional pela inclusão da questão ambiental na agenda de prioridades político-econômicas contemporâneas (FARIAS, 2008).

Com isso, a manifestação da questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos ganha força em praticamente todas as esferas da vida pública e privada, e com o fortalecimento do discurso ambiental a procura por produtos e atividades *eco friendly* (“amigas do ambiente”) cresce cada vez mais, inclusive associada ao lazer. À primeira vista, compreendendo as possibilidades do encontro entre teorias modernas de lazer (visto como prática social) e o “acontecimento” ambiental (nos ideais foucaultianos), os processos de ambientalização das práticas de lazer enriquecem tanto o campo do lazer quanto o próprio campo ambiental.

No entanto, há também outra tendência a ser considerada: um encontro entre uma nova demanda criada por certa “massificação” do ambientalismo, diante de uma sociedade que vê suas manifestações de lazer cada vez mais dependentes da indústria do lazer, que alicerçada sobre a força da propaganda rapidamente conquista novos espaços de atuação (inclusive envolvendo o “eco” ou o “ambiental”). Considerando essa perspectiva, debates envolvendo a ideia da “educação para o lazer”⁶ são de grande importância, assim como a formação de profissionais preparados para atuar nessa interface lazer / meio ambiente.

Apesar de vários estudos apresentarem aspectos referentes à reaproximação dos seres humanos à natureza pelo envolvimento em atividades de lazer, justificando, inclusive, o desenvolvimento da educação ambiental a partir desse envolvimento, Marinho e Seabra (2002) afirmam que quase nenhuns desses estudos discutem sobre a

⁶ Segundo Marcellino (2000), a educação para o lazer estaria associada à superação de uma situação de conformismo, o que poderia ser realizado por meio da iniciação aos conteúdos culturais e pela educação crítica, especialmente pela estimulação da criatividade.

necessária formação de profissionais que desempenhem o importante papel de mediador nessas atividades, possibilitando o desenvolvimento de atividades que possam abrir caminhos para objetivos pedagógicos (inclusive associados à educação ambiental). Segundo as autoras, essa realidade se justificaria principalmente pela relativa atualidade do tema, além da falta de familiaridade com questões que conquistam um espaço que cada vez mais desmistifica o estereótipo de um simples “modismo”.

Em última análise, um olhar sobre a ambientalização das práticas de lazer abrange na verdade uma grande diversidade de “problemas” ou “questões”, alguns próprios do campo do lazer, alguns próprios do campo ambiental, e outros que surgem na interface entre esses dois campos. Envolvem ainda diferentes atores que figuram em cada um desses campos e também na interface entre eles. Essa realidade abre espaço para uma série de pesquisas específicas que busquem analisar mais detalhadamente cada um desses atores (instituições e indivíduos), e como esses vêm contribuindo para o processo de ambientalização das práticas de lazer. Essas análises serão importantes não somente para melhor compreender a influência desses atores no processo geral de ambientalização das práticas de lazer, mas também as diversas maneiras em que esse processo vem contribuindo para a sempre dinâmica constituição do “ambiental”.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v.24, n.68, p. 103-119, 2010.

ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

BAHIA, M. C.; SAMPAIO, T. M. V. Lazer e meio ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.28, n.3, p.173-189, Maio 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 16 fev. 2011.

_____. **Lei 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. 1999. Disponível em: <http://www.mpambiental.org/?acao=legislacao-pop&cod=322> . Acesso em: 16 fev. 2011.

CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

_____. **O que é lazer?** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CARDOSO, A. R.; SILVA, A.; FELIPE, G. R. A educação pela aventura: desmistificando sensações e emoções. **Motriz**, v.12, n.1, p.77-87, jan./abr. 2006.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2001.

CARVALHO, I. C. M.; TONIOL, R. **Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental**. Disponível em: <http://www.isabelcarvalho.blog.br/> . Acesso em: 31 Maio, 2011.

DE PELLEGRIN, A. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. In: PADILHA, V. (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

FARIAS, C. R. O. **A produção da política curricular nacional para a educação superior diante do acontecimento ambiental: problematizações e desafios**. 2008. 215 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

FOUCAULT, M. e col. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

GOMES, C. L.; MELO, V. A. Lazer no Brasil: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.9, n.1, p.23-44, 2003.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 2000.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Ambiente, interdisciplinarietà y currículum universitario: la educación superior en la perspectiva del desarrollo sustentable. In: ALBA, A. (Coord.). **El currículum universitario**: de cara al nuevo milenio. México: Centro de Estudios sobre la Universidad/UNAM/Plaza y Valdés Editores, 1997. p. 205-211.

LIMA, G. F. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente e Sociedade**, v. 4, n. 2, p. 99-119, 2003.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n.25, jan./jun., 2006, p.31-64. Porto Alegre.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MARINHO, A.; SEABRA, L. F. Atividades de aventura e formação profissional. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 14, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: s. n., 2002.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEDAUAR, Odete (Org.). **Constituição federal, coletânea de legislação de direito ambiental**.4. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.

MICOUD, A. La nébuleuse associative. In: **L'Environnement, question sociale** – diz ans de recherche pour le Ministère de l'Environnement. Paris: Odile Jacob, 2001. p.119-129.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, C. Observando os "estudos do meio" pela lente da Educação Ambiental Crítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v.24, p.503-517, jan./jul. 2010.

RODRIGUES, C.; FREITAS, D. Educação física, educação ambiental e educação infantil: confluências em experiências lúdicas. In: GONÇALVES JUNIOR, L.; CORRÊA, D. A.; RODRIGUES, C. **Educação e experiência**: construindo saberes em diferentes contextos. Curitiba: Editora CRV, 2011. p.13-40.

RODRIGUES, C.; GONÇALVES JUNIOR, L. Ecomotricidade: sinergia entre educação ambiental, motricidade humana e pedagogia dialógica. **Revista Motriz**, v.15, n.4, p.987-995, out./dez. 2009.

RODRIGUES, C.; SILVA, R. A. Encontros contemporâneos entre lazer e educação ambiental: um possível caminho para a educação ambiental pelo lazer. **Lazer e Sociedade**, v.3, p.9-24, 2011.

RODRIGUES, C.; STEVAUX, R. P. Do chronos ao kairos: os tempos da educação para o lazer. **Lazer e Sociedade**, v.1, p. 28-42, 2010.

SAMPAIO, T. M. V. Educação física, lazer e meio ambiente: desafios da relação ser humano e ecossistema. In: MARCO, A. (Org.). **Educação Física: cultura e sociedade**. Campinas: Papirus Editora, 2006.

SILVA, R. A. **Lazer e processos educativos**: o olhar de gestores de clubes de empresa. 2008. 65 f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

TAHARA, A. K.; FILHO, S. C.; SCHWARTZ, G. M. Meio ambiente e atividades de aventura: significados de participação. **Motriz**, v.12, n.1, p.59-64, Jan./abr. 2006.

UVINHA, R. R. Esportes radicais nas aulas de educação física do ensino fundamental. In: Moreira, E. C. (Org.). **Educação física escolar: desafios e propostas**. São Paulo: Fontoura, 2004.

Endereço do Autor:

Cae Rodrigues
Rua S2, Quadra S2, Lote 3/4/5 n. 598,
Edifício Hannover, Ap. 301 – Setor Bela Vista
Goiânia – Goiás – 74.823-430
Endereço Eletrônico: cae_jah@hotmail.com